

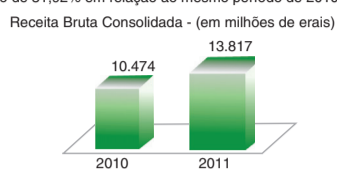
O Convênio de Delegação, celebrado em junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, prevê a exploração do Porto Organizado de São Sebastião por 25 (vinte e cinco) anos; e entre outras obrigações foi pactuada a criação de uma empresa, a Companhia Docas de São Sebastião, para exercer as atribuições exaradas no artigo 33 da Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, como interveniente do Estado na execução do referido Convênio. Tal iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apóia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente – que se materializa, no médio e no curto prazo, restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário; e b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião – Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC).

Aquisição e instalação de 08 (oito) defensas portuárias e 04 (quatro) cabos de amarração no berço principal
Proporcionar maior segurança às manobras de atracação e amarração dos navios

Aquisição de novas lanternas para sinalização náutica
Adequar e modernizar o sistema de sinalização da barra sul do canal de acesso ao Porto

Implantação de Programas Ambientais, em atendimento à Licença de Operação
1. Realizar o monitoramento ambiental do Canal de São Sebastião e entorno; 2. Implantar a Base de Emergências Ambientais, atendimento de eventuais sinistros na área do Porto

Com o acréscimo de investimentos no Porto, principalmente com as obras na infraestrutura, houve crescimento no movimento de cargas e a ampliação do perfil das operações, permitindo alcançar em 2011 um recorde no resultado. A receita bruta consolidada alcançou R\$ 13.817 milhões, com crescimento de 31,92% em relação ao mesmo período de 2010:



A localização estratégica e investimentos autorizados possibilitaram a assinatura do Contrato de Permissão de Uso para construção, montagem e integração de módulos para atendimento às plataformas de petróleo (cadeia Offshore), atividade inédita no Estado de São Paulo. O mencionado contrato foi celebrado com a anuência da ANTAQ e se enquadra nos termos da Resolução nº 2240 de 04/10/2001. Em decorrência deste contrato, a

Principais Intervenções	Repercussão
Dragagem de Aprofundamento no berço principal para 10,0 metros	Atrair embarcações de maior calado, ampliando a movimentação das cargas.
Obras no Pátio 2 para recuperação do pavimento, renovação do sistema de iluminação, instalação de sistema de drenagem com caixas separadoras de água e óleo	Ampliar o perfil das operações, através da retomada de operações com armazenamento de veículos importados e exportados (Utilização das Instalações de Armazenagem)
Obras de limpeza, nivelamento e implantação de rede de drenagem de águas pluviais no Pátio 3 (Fase I)	Ampliar a área de armazenagem com cargas de importação e exportação

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Expressos em Reais)			
	31/12/2011	31/12/2010	
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	37.679	690.791	
Aplicações Financeiras	2.245.439	1.964.539	
Clientes	1.316.753	409.895	
Tributos a Recuperar	501.411	717.710	
Despesas Antecipadas	12.887	89.466	
Adiantamentos	40.945	-	
	4.155.114	3.872.401	
Não Circulante			
IR e CSLL Diferidos	1.332.342	1.180.981	
Imobilizado	12.664.851	7.883.041	
Intangível	3.680.421	591.057	
Diferido	59.039	118.078	
	17.736.653	9.773.157	
Total do Ativo	21.891.767	13.645.558	

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Expressos em Reais)			
	31/12/2011	31/12/2010	
Passivo Circulante			
Convênio-DERSA	2.405.885	3.210.176	
Fornecedores	1.522.300	410.536	
Contas a Pagar	45.020	16.745	
Tributos a Recolher	218.768	194.114	
Encargos Sociais Recolher	181.207	125.826	
Provisões de Férias a Pagar	202.597	77.452	
Adiantamento de Clientes	585	4.959	
Valores a Devolver a Clientes	108.461	119.126	
	4.684.823	4.158.934	
Não Circulante			
Convênio-DERSA	3.069.353	2.072.869	
Verbas da União	1.465	1.465	
	3.070.818	2.074.334	
Patrimônio Líquido			
Capital Social	4.960.000	4.960.000	
Adto. p/ Futuro Aumento de Capital	12.788.162	6.100.000	
Prejuízos Acumulados	(3.612.036)	(3.647.710)	
	14.136.126	7.412.290	
Total do Passivo	21.891.767	13.645.558	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido p/Exercícios Fíndos em 31/12/2011 e 2010 (Expresso em Reais)				
	Capital Social	Adiant. p/Fut. Aum. de Cap.	Prejuízos Acum.	Total
Saldos 31/12/2009	4.960.000	1.100.000	(3.081.746)	2.978.254
Adiant.p/Futuro Aum. de Cap.	-	5.000.000	-	5.000.000
Prejuízo do Exercício	-	-	(565.964)	(565.964)
Saldos 31/12/2010	4.960.000	6.100.000	(3.647.710)	7.412.290
Adiant.p/Futuro Aum. de Cap.	-	6.688.162	-	6.688.162
Lucro do Exercício	-	-	35.674	35.674
Saldos 31/12/2011	4.960.000	12.788.162	(3.612.036)	14.136.126

		31/12/11	31/12/10
	Tx. Anuais de Deprec.	Custo	Deprec. Acum.
Dragagem Corretiva Benefeitorias em Propried. e Terc.	4% a.a.	2.247.475	(282.899)
Móveis e Utens.	10% a.a.	3.019.634	(298.242)
Instalações	10% a.a.	1.049.808	(142.553)
Máq. e Equip.	10% a.a.	955.199	(55.116)
Hardware	20% a.a.	132.791	(66.685)
Apar. de Som/ Vídeo/Imagem	10% a.a.	10.495	(3.053)
Copa e Cozinha	10% a.a.	3.244	(816)
Obra Terraplanagem	4% a.a.	2.353.009	(29.449)
Imob. em Andam.		10.307.920	(1.017.870)
		3.374.801	-
Total		13.682.721	(1.017.870)

Notas Explicativas à Demonstração Contábil Relativa ao Exercício Social Fíndo em 31/12/2011 e 2010 (Expresso em Reais)

1-Contexto Operacional-A Companhia foi formalmente constituída através da Assembléia Geral de Constituição por Subscrição Particular, de 03 de setembro de 2007 e, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 06 de setembro de 2007. Sua finalidade principal é exercer as atribuições de Autoridade Portuária no Porto Organizado de São Sebastião, na forma da Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e de acordo com o Convênio de Delegação celebrado entre Estado e União Federal em 15 de junho de 2007, nos termos da Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

		31/12/2011	31/12/10
	Tx. Anuais de Deprec.	Custo	Deprec. Acum.
Licenças Uso (Software)	10% a.a.	348.113	(60.451)
Licenças Ambientais-L.O.	4%	2.675.610	(20.895)
Intangível em Andamento		738.044	738.044
		3.761.767	(81.346)

2-Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis-As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações (com nova redação dada pela Lei nº 11.638), de 15 de maio de 2009, convertida na Lei Federal nº 11.941, em 27 de maio de 2009, e as normas e pronunciamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade. **3-Sumário das Principais Práticas Contábeis**-A Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória nº 449/08, de 03 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76, visando a convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicáveis, tendo refletido os ajustes iniciais na conta de lucros e prejuízos acumulados. **3.1-Instrumentos Financeiros**-Os instrumentos financeiros não derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas, estão registrados aos custos atribuíveis para cada transação e, no caso de aplicações financeiras, efetuadas em investimentos de baixo risco, que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.2-Reconhecimento da Receita e Contas a Receber**-As receitas com vendas apresentam o valor justo pela venda dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber pelo fato das operações serem liquidadas em curto espaço de tempo, não havendo assim efeito relevante para sua evidência. A seguir, apresentamos a composição do Contas a Receber de Clientes, por vencimento:

Descrição	31.12.2011	%
A vencer	1.056.981	80
Vencidos até 60 dias	173.335	13
de 61 a 90 dias	26.813	2
De 91 dias a 180 dias	59.624	5
	1.316.753	100

3.5-Diferido-Os valores registrados no Ativo Diferido correspondem aos gastos incorridos na fase pré-operacional com pessoal e seus respectivos encargos sociais, com publicações legais, telecomunicações, viagens e despesas gerais e foram constituídos até 15/01/2008. Estão sendo amortizados a taxa de 10% ao ano. **3.6-Redução de Valor Recuperável de Ativos**-Tendo como objetivo definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, anualmente esses ativos são revisados para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e caso existam evidências claras, a empresa deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. **3.7-Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião**-Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia – objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria nº 209/2007-ANTAQ, de 19 de outubro de 2007, da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários – foram cedidos à Companhia, por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total dos bens é de R\$ 44.586.042. **3.8 – Créditos Tributários de IRPJ e CSLL**-O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, demonstrado a seguir:

	31/12/2011
Prejuízo Fiscal	(630.673)
IRPJ - 15%	94.601
CSLL - 9%	56.760
Total de Impostos Diferidos	151.361

	31/12/2011	31/12/2010
Imobilizado	1.321.054	159.849
Outros	201.246	250.687
	1.522.300	410.536

Os saldos estão apresentados líquidos de provisões para perda com créditos de impostos. **3.4-Imobilizado e Intangível**-Estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e, para os custos relacionados diretamente às benfeitorias realizadas na área portuária, ao período total estabelecido de 25 anos, conforme disposto no Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007 entre União e Estado. A seguir, apresentamos a composição do Ativo Imobilizado:

A Companhia trabalha com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 30 dias. **3.11-Tributos a Recolher** PIS e COFINS ISS

	31/12/2011	31/12/2010
PIS e COFINS	107.153	63.838
ISS	42.814	1.805
Impostos Retidos de Terceiros	68.801	128.471
	218.768	194.114

3.3 - Tributos a Recuperar

	31/12/2011	31/12/2010
Federais	456.671	648.490
Municipais	44.740	69.220
	501.411	717.710

A Companhia fundamenta o registro dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. **3.9-Cobertura de Seguros**-A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração. Possui ainda seguro com cobertura para responsabilidade D & O. **3.10-Fornecedores**-São, inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31.12.2011. O saldo de fornecedores é composto da seguinte forma:

Parceiro do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições, examinaram o Balanço Geral e demais documentos apensos ao mesmo, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, tendo constatado que toda a documentação atende às normas legais pertinentes e reflete a verdadeira situação financeira e patrimonial da Companhia, recomendam sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia Docas de São Sebastião-Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis**-A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes**-Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

Parceiro do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2011 e louvando-se no Parceiro dos Auditores Independentes, bem como do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 12 de março de 2012.

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**-Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho Diretor Presidente	Saulo de Castro Abreu Filho - Presidente Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho	Antonio Carlos dos Santos Mario Dourado Batista
Carlos Roberto Ruas Júnior Diretor de Administração e Finanças	João Germano Bötcher Filho Roberto Yoshikazu Yamazaki	Renata de Andrade Leal Reynaldo Ben-Atar de Sousa
Alfredo Mariano Bricks Diretor de Gestão Portuária	José Geraldo Siqueira Vantine Aginaldo Rodrigues da Silva	Iza do Carmo CRC-SP – 131.994/O-8 / CPF. 064.970.388-09

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**-Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

Parceiro do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2011 e louvando-se no Parceiro dos Auditores Independentes, bem como do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 12 de março de 2012.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia Docas de São Sebastião-Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis**-A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes**-Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

receita bruta estimada para o ano de 2012 deverá crescer R\$ 3,5 milhões; Em 2011, o Porto movimentou 669.423 toneladas de cargas por intermédio do cais comercial. Os principais produtos foram: graneis sólidos (barra, 216 mil t; e sulfato de sódio, 182 mil t; cevada, 108 mil t; ulexita, 42 mil t; e clinker, 26 mil t). Os tubos em 2011, do Projeto Gasoduto Sul Norte Capixaba-GSNC, registraram a movimentação de 33 mil t. Foram retomadas as operações com armazenamento de veículos para importações (9.990 unidades) e exportações (13.169 unidades), paralisadas desde o ano de 2007. No Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transportadora, o movimento foi equivalente a 51.231 milhões t de graneis líquidos transportados em 665 navios durante o exercício de 2011. Um acréscimo de 8,3%, quando comparado a 47.284 milhões de t em 2010, que foram transportadas em 617 navios. Relativamente ao Projeto de ampliação do Porto de São Sebastião, a Companhia cumpriu importante etapa do processo de licenciamento ambiental, com a realização das Audiências Públicas nos dias 07 e 08/12/2011, nos municípios de Ilha Bela e São Sebastião, respectivamente. Os documentos e solicitações protocoladas durante as audiências foram remetidas ao IBAMA para análise e a expectativa de obter manifestação conclusiva da equipe técnica do referido órgão – para conclusão do processo ou complementação dos estudos - do 2º semestre de 2012. Em novembro de 2011, foi homologado o Concurso Público para o preenchimento de 39 cargos, visando à composição do quadro de pessoal da Companhia, aprovado em 98 posições, sendo 13 de livre provimento e 85 permanentes. Implementação da Ouvidoria que atua viabilizando um canal de comunicação entre a Empresa e seus diferentes públicos, que tem por objetivo a busca permanente do aperfeiçoamento e melhoria dos serviços e atendimento oferecidos. Foram aplicados R\$ 7 milhões no exercício de 2011 e empenhados R\$ 158 milhões como Restos a Pagar (deste, R\$ 15 milhões foram aprovados através de Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal de 2011, conforme Decreto nº 57.725, de 29/12/2011). Foram aprovados R\$ 50 milhões para investimentos em 2012 por parte do Governo do Estado, conforme consta da Lei Orçamentária Anual nº 14.675, de 28 de dezembro de 2011.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Fíndos em 31/12/2011 e 2010 (Expressos em Reais)		
	31/12/2011	31/12/2010
Receita de Vendas	13.816.972	10.474.461
Receitas de Serviços Prestados	13.816.972	10.474.461
Deduções da Receita Bruta		
(-) Impostos e Contrib. s/Serviços Prestados	(1.968.920)	(1.492.470)
Receita Operacional Líquida	11.848.052	8.981.991
Custo de Serviços Prestados		
Custos Operacionais	(6.182.891)	(5.928.571)
Lucro Bruto	5.665.161	3.053.420
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(6.528.446)	(5.088.988)
Despesas/Receitas Financeiras	747.597	1.290.879
	(5.780.849)	(3.798.109)
Prejuízo Antes do IRPJ e CSLL	(115.688)	(744.689)
Tributos Diferidos IRPJ e CSLL sobre Prejuízo (15% + 9%)	151.362	178.275
Lucro (Prejuízo) do Exercício	35.674	(565.964)

Demonstrações dos Fluxos de		
-----------------------------	--	--